



## Políticas Públicas Brasileira de Imunização e Educação Permanente: Um Recorte Temporal Bioético

*Lucineia Satiko Yuzawa<sup>1</sup>; Wellington Fernando da Silva Ferreira<sup>2</sup>; Elia Machado de Oliveira<sup>3</sup>*

**Resumo:** A estratégia para enfrentamento de grandes epidemias, está interligada ao sucesso das campanhas de multivacinação, integrada a rotina de saúde pública, em conjunto aos aspectos da bioética. Objetiva-se este, compreender os aspectos da imunização e bióticos nos serviços de saúde e suas dimensões acerca da educação permanente. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de cunho sistemático transversal, de manejo exploratório, com abordagem qualitativa, descritivas em acervos digitais, publicados entre 2014 e 2018. Dados evidenciados apontam que a imunização tem como alvo afirmar as proteções específica ao indivíduo imunizado, tornando-se, ferramenta efetiva em saúde pública, proponente empregados pelos governos e autoridades sanitárias. Para tal, vale ressaltar a relevância da educação continuada e seus preceitos da bioética ao que tange o processo em imunização, dado o advento de novas vacinas quais são incorporadas e novos conhecimentos disponibilizados, aponta-se ainda que, a âmbito nacional apresenta um histórico de avanços na imunização da população brasileira, critérios epidemiológicos, de eficácia, segurança e socioeconômicos para a incorporação das vacinas. Contudo, conclui-se, que programas vem empenhando esforços para atingir as metas com qualidade e segurança, aliada a educação continuado dos processos de imunização de forma sustentável, adequada às necessidades do país, à luz das evidências científicas.

**Palavras-chave:** Bioética, Imunologia, Educação Permanente, Saúde Pública, Enfermagem.

## Brazilian Public Policies on Immunization and Permanent Education: A Temporary Bioethic Cutting

**Abstract:** The strategy for coping with major epidemics is linked to the success of multivac- tion campaigns, integrated into the routine of public health, together with the aspects of bioethics. This objective is to understand the aspects of immunization and biotics in health services and their dimensions on lifelong education. This is a cross-sectional, exploratory, qualitative, descriptive, descriptive research in the digital collections, published between 2014 and 2018. Evident data indicate that immunization aims to affirm the specific protections to the immunized individual, becoming, effective tool in public health, proponent employed by the governments and sanitary authorities. To that end, it is worth highlighting the relevance of continuing education and its bioethical precepts to the immunization process, given the advent of new vaccines which are incorporated and new knowledge made available, it is also pointed out that, at the national level, it presents a history of advances in the immunization of the Brazilian population, epidemiological, efficacy, safety and socioeconomic criteria for the incorporation of vaccines. However, it is concluded that programs have been making efforts to reach goals with quality and safety, together with the continued education of immunization processes in a sustainable way, adequate to the needs of the country, in the light of scientific evidence.

**Keywords:** Bioethics, Immunization, Continuing Education, Public Health, Nursing.

<sup>1</sup> Enfermeira, Especialista em Qualidade e Segurança no Cuidado do Paciente pelo Sírio Libanês, Coordenadora do Comitê da Qualidade e Segurança do Paciente da Secretária de Saúde do Estado do Paraná. Curitiba - Paraná. elia561@hotmail.com;

<sup>2</sup> Enfermeiro, Especialista em Saúde do Idoso e Gerontologia, Mestrando do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva - Universidade Federal do Paraná - (UFPR). Curitiba - Paraná. wellingtonferreira42@gmail.com;

<sup>3</sup> Enfermeira, Especialista em Assistência de Enfermagem ao Paciente em Estado Crítico Fepar, em Comunicação Organizacional - Estácio, em Auditoria em Serviços de Saúde - Uninter, Mestre em Cirurgia - PUCPR. Diretora acadêmica Instituição INTEC - Curitiba - Paraná. elia561@hotmail.com.

## Introdução

A temática é norteadora desde quando as relações éticas e bioéticas entre o homem e o processo biomédico incorporou-se, a contemporaneidade, desde a década de 70 a âmbito nacional, cito Brasil, em relação a conjuntura, política econômica e social, aconteceram mobilizações políticas e mudanças no campo da saúde brasileiro, paralelamente às propostas gestadas nas estruturas internacionais, como a da mais notória, Organização Mundial de Saúde (OMS) (FLORES e ILHA, 2016; LIMA e PINTO, 2017; GREFFE, et al. 2017; CARDOSO, et al. 2018; COSTA e ALVES, 2018; DA SILVA, NASCIMENTO, 2018).

Contudo, foi incentivada pela OMS como tática para minimizar as crescentes iniquidades sociais e de saúde, abordando os problemas comuns na comunidade, a prática da “Atenção Primária no âmbito da Saúde” (APS), alinhava do aos aspectos éticos, proporcionando serviços de prevenção, reabilitação e até mesmo a cura para elevar ao máximo a dinâmica em saúde em seu contexto biomédico (ABUD e GAÍVA, 2014; CORGOZINHO e OLIVEIRA, 2016; BARBIERI e COUTO, 2016; TAUIL, et al. 2017; VIEIRA e CRUZ, 2017; MONTEIRO, et al. 2018).

Para tal, estes métodos de biomédico da atenção começam a ser idealizado no Brasil a partir da Constituição de 1988, quando a saúde é admitida a propósito de direito a todos e dever do Estado, neste ponto edificando o “Sistema Único de Saúde” (SUS), com política pública de saúde integral à população e com a diretriz de transversalidade da questão gestão do princípio de saúde corroborando a preceitos bioéticos no trato saúde doença, ao que tange bem estar e qualidade de vida a população (LESSA e SCHRAMM, 2015; FONSECA 2015; PENIA e OSELAME, 2015; CEZAR e DRAGANOV, 2015; AZEVEDO, et al. 2015; CAVALCANTE e NASCIMENTO, 2015; OLIVEIRA, et al. 2016; ELISIÁRIO, et al. 2017).

Neste sentido, aos municípios incidem a responsabilidade na execução da dinâmica de assistência em saúde de forma ética, a nível de APS contando com o suporte técnico e financeiro do estado e governo federal, criando vários programas que ampliaram o cuidado à saúde a APS, tais fundamentais, entre-os, “Programa de Agentes Comunitários” (P A C S) e o “Programa de Saúde da Família” (P S F) de grande relevância, quais ambos tende a estruturar-se seus processo entre homem e enfermidade de maneira a seus aspectos em bioética (LIMA, et al.

2015; PECHANSKY; BRUST-RENCK; GOLDIM, 2016; DE JESUS, et al. 2016; MELO e SANTOS, 2017; ASSAD, et al. 2017; SATO, et al. 2018).

Desta forma, alguns desses programas a exemplo do “Programa Nacional de Imunização” (P N I), tiveram suas origens bem antes desse período, “Ministério da Saúde” (M S) instituiu o PNI, com a função primordial de manter sob controle doenças imunopreveníveis no Brasil, neste contexto os aspectos bioéticos estão intrínsecos no manejo a enfermidades (SOARES, et al. 2015; DEDEUS, et al. 2016; ALVES, et al. 2016; MELLO, et al. 2017; OLIVEIRA, et al. 2017; CAMPOS; DÓREA; SÁ, 2017; FERREIRA, et al. 2017).

Neste ponto, como estratégia para enfrentamento de grandes epidemias, alinhavada ao contexto biótico em saúde, ganhando impulso a partir do sucesso da campanha com o intuito da erradicação da temida varíola, ação integrada e rotina de saúde, ligada a coeficiente de assistência de baixa complexidade, de enorme conflito nas categorias gerais de saúde infantil, em contexto ético legal de vacinação em massa, concebendo um dos amplos avanços tecnológicos na década passada, constituindo-se em processo de melhor relação entre custo e a efetividade necessária (FLORES e ILHA, 2016; LIMA e PINTO, 2017; GREFFE, et al. 2017; COSTA, 2018; DELFINO, et al. 2018; CARDOSO, et al. 2018).

Neste contexto, a imunização e seus preceitos bioéticos, é proeminente dentre as ferramentas de utilizadas no escopo da saúde pública utilizada pelas administrações governantes e autoridades sanitárias, apresentando descaimento da morbimortalidade devido a doenças de cunho imunopreveníveis a âmbito nacional, o uso crescente desses imunobiológicos, no entanto, aponta a grande necessidade de profissionais realmente capacitados, qualificados e comprometidos com as atividades de imunização (ABUD e GAÍVA, 2014; AUERBACH; OSELAME; DUTRA, 2014; PYRRHO, 2014; DE OLIVEIRA, et al. 2014; TAUIL, et al. 2017; VIEIRA e CRUZ, 2017; MONTEIRO, et al. 2018).

Portanto, nos serviços de saúde, as metodologias educativas respaldadas nos princípios bioéticos, visam habilitações e ou adestramento, através de cursos de grande necessidade ou pontuais, pragmáticos e sucessivos, para tal, a ingerência de novos procedimentos educativos é de grande valia e propicio aos profissionais das diversas áreas da saúde e do conhecimento (SOARES, et al. 2015; DEDEUS, et al. 2016; ALVES, et al. 2016; GARRAFA, et al. 2017; BOUSADA e PEREIRA, 2017; FERREIRA, et al. 2017; MELLO, et al. 2017).

Diante de tais problemáticas, justifica-se a importância em compreender o processo que envolve os aspectos da educação continuada e bioética, nas faces de investimentos a

imunização, para tal, o presente estudo objetiva-se compreender os aspectos da imunização nos serviços de saúde no contexto bioético de saúde pública na contemporaneidade.

## **Metodologia**

A presente pesquisa delinea-se, através de uma revisão bibliográfica de cunho sistemático de caráter exploratório, com abordagem qualitativa, neste contexto, a revisão sistemática tende a proporcionar síntese regulada em diversos objetos, apropriados em cunhar uma ampla abrangência sobre a temática abordada (GALVÃO; SAWADA; TREVIZAN, 2004; BOTELHO et al, 2011).

Para obtenção dos artigos explorados, foi utilizado o descritor em ciências da saúde: Bioética, Políticas de Saúde, Imunização, Educação Continuada. O levantamento da base de dados da pesquisa foi realizado através de bibliotecas públicas e acervos de dados digitais como: “Científica Eletronic Library Online” (S C I E L O), “Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde” (L I L A C S), “Biblioteca Virtual em Saúde” (B V S).

Como critério para inclusão; pesquisas de artigos científicos previamente classificados como originais com acesso ao manuscrito textual completo em suporte eletrônico, foi estabelecida a utilização de artigos referentes aos anos de 2014 ao primeiro semestre de 2018, além de leis e normativas referente a temática relacionados com foco de interesse, disponibilizados como Brasil no critério País/Região de assunto.

Os critérios para exclusão; foram manuscritos científicos de cunho reflexivo, revistas cujo a temática principal por ventura não correspondesse à pesquisa, exceto em manuscritos que perpassassem aspectos importantes alinhavado a outras temática, excluído ainda, artigos de experiência relatadas, manuscritos internacionais, artigos duplicados, e artigos anteriores ao ano de 2014. Assim, o material composto foi de 50 artigos que foram submetidos à técnica de avaliação e análise de conteúdo constituído por três etapas: exploração do referencial teórico, compilação e agrupamento de evidências e interpretação dos resultados.

A etapa inicial permitiu visão linear do substância contido nos artigos, através da leitura dos resumos e agrupamento. Os manuscritos na íntegra, constituíram-se a ser aparelhados com o subsídio de um formulário com suas variáveis.

A etapa seguinte de investigação do manuscrito foi desenvolvida a partir da releitura dos manuscritos, concluindo na organização de camadas temáticas de investigação e análise temático. Posteriormente, interpretado os resultados, e desvelados suas colocações viventes sob a ótica de diversos autores.

## **Resultado e Discussão**

### **Aspectos bioéticos e concepções: Educação continuada no processo de imunização**

Os resultados das intersecções bioéticos obtidos demonstram aspectos da imunização nos serviços saúde e da enfermagem, associando a educação continuada e o controle financeiro da temática com a qualidade da assistência biomédicas alinhavada aos preceitos da bioética. Os achados obtidos através da pesquisa apontam uma produção atual escassa nas dimensões proposta desta temática, em linhas gerais ressaltaram-se trabalhos científicos voltados a eixos fundamentais; políticas de saúde pública, imunização populacional, bioética, enfermidades, patologias, profissionais de saúde (SOARES, et al. 2015; CORGOZINHO e OLIVEIRA, 2016; BARBIERI e COUTO, 2016; DEDEUS, et al. 2016; ALVES, et al. 2016; MELLO, et al. 2017).

Neste contexto, a capacitação do pessoal da sala de vacinação, alinhavada a aspectos bioéticos, é visto que por meio dessas equipes que o programa acontece de fato, estando a qualidade de suas ações vinculadas diretamente à atualização de seus conhecimentos teóricos e prática, habilitações quais beneficiem a obtenção de desenvolvimentos de novos processos e o ampliação de um linear ético (AUERBACH; OSELAME; DUTRA, 2014; PYRRHO, 2014; DE OLIVEIRA, et al. 2014; FLORES e ILHA, 2016; LIMA e PINTO, 2017; GREFFE, et al. 2017; CARDOSO, et al. 2018).

Portanto, o MS norteia as metodologias no contexto ético e bioético, de habilitação e preparo que precisam ser continuados, concretizado no próprio local de trabalho, priorizando processos intensificas ao aprendizado e o conhecimento dos profissionais, impedindo configurações clássicas, abalizadas na simples transferência de informações, agilidades e de treinamentos tudo no contexto da bioética (AZEVEDO, et al. 2015; CAVALCANTE e NASCIMENTO, 2015; OLIVEIRA, et al. 2016; PECHANSKY; BRUST-RENCK; GOLDIM, 2016; DE JESUS, et al. 2016; ELISIÁRIO, et al. 2017). Em linhas gerais, há manuais de métodos

de dinâmica a vacinação constituído no modelo biomédico com premissas bioéticas, com arranjo de ferramentas próprias de capacitação, assim como o manejo e destreza em espaços e/ou salas inerente a vacinas e o controle em rede de frio dos imunobiológicos, regra de noção e vigilância de eventos adversos (AUERBACH; OSELAME; DUTRA, 2014; DE OLIVEIRA; CAVEIÃO; CROSEWSKI, 2014; PYRRHO, 2014; DE OLIVEIRA, et al. 2014; FLORES e ILHA, 2016; LIMA e PINTO, 2017; GREFFE, et al. 2017; CARDOSO, et al. 2018).

Deste modo, ao que tange a bioética as capacitações geralmente, disponha-se a modernização técnico-científica e continuamente são efetivadas pelo nível central das secretarias de saúde dos municípios ou regional de saúde, por isso, qualificá-las, perpassa pela reflexão crítica de bioética sobre o trabalho, permitindo a sua transformação e a reorganização dos processos de rotina, por meio da problematização das experiências, neste sentido, o ensino nos afazeres, é uma vicissitude visando aperfeiçoar a performance técnico, tornar mínimo os casos de falhas nos processos e, por conseguinte, ocasionando representação significativa na qualidade da assistência aos pacientes no escopo bioético (ABUD e GAÍVA, 2014; TAUIL, et al. 2017; VIEIRA e CRUZ, 2017; OLIVEIRA, et al. 2017; CAMPOS; DÓREA; SÁ, 2017; FERREIRA, et al. 2017; MONTEIRO, et al. 2018).

Neste contexto, além das funções básicas citadas acima o funcionamento da sala de vacinas envolve a triagem da clientela, orientação e administração de imunobiológicos, entre outras atividades específicas, perpassando pela esfera ética e bioética, tais atividades são desenvolvidas pela equipe de enfermagem e supervisionadas pelo enfermeiro (CAVEIÃO, et al. 2014; PIUS; CAVEIÃO; RIBAS; 2018). Diante de todas essas atribuições percebe-se que modernizações das sistematizações em imunização é requisição básica para proporcionar um serviço dinâmico que extirpe e controle as doenças proveniente e imunopreveníveis (FLORES e ILHA, 2016; LIMA e PINTO, 2017; GREFFE, et al. 2017; CARDOSO, et al. 2018; COSTA, 2018; DELFINO, et al. 2018).

Entretanto, aos profissionais de enfermagem exercem extraordinariamente papel no preparativo da vértice de efetivação segura e ativa dos procedimentos médicos e de enfermagem, culminando em ações assistenciais, orientação e ensino, tendendo ao autocuidado, promovendo a reintegração social do doente/cliente no escopo bioético (LIMA, et al. 2015; MELO e SANTOS, 2017; GARRAFA, et al. 2017; BOUSADA e PEREIRA, 2017; FERREIRA, et al. 2017; ASSAD, et al. 2017; SATO, et al. 2018). Neste contexto ao que tange a bioética, organizações de saúde apresentam departamento designado a instrução continuada ou educação em serviço, para ampliar

suas prestações, quais carecem de recursos naturais, financeiros, físicos, sobretudo, humanos (SOARES, et al. 2015; DEDEUS, et al. 2016; CORGOZINHO e OLIVEIRA, 2016; BARBIERI e COUTO, 2016; ALVES, et al. 2016; MELLO, et al. 2017).

Segundo a ‘‘Organização Panamericana de Saúde’’ (OPAS), em um recorte a temática de bioética, recomenda que um profissional (enfermeiro) seja o coordenador e responsável, diametralmente envolvido com as considerações às necessidades de incremento pessoal e profissional destes, em uma educação continuada e/ou permanente em saúde (LESSA e SCHRAMM, 2015; FONSECA 2015; PENIA e OSELAME, 2015; CEZAR e DRAGANOV, 2015; LIMA, et al. 2015; MELO e SANTOS, 2017; ASSAD, et al. 2017; SATO, et al. 2018).

Contudo, participação dos enfermeiros tende a ser norteadora, já que eles nutrem relação direta e constante com a equipe de enfermagem, possibilitando entender a realidade e aferir suas necessidades ainda mais quando envolve aspectos éticos e bioéticos no contexto biomédico em saúde (AUERBACH; OSELAME; DUTRA, 2014; DE OLIVEIRA; CAVEIÃO; CROSEWSKI, 2014; PYRRHO, 2014; DE OLIVEIRA, et al. 2014; FLORES e ILHA, 2016; LIMA e PINTO, 2017; GREFFE, et al. 2017; CARDOSO, et al. 2018). Deste modo, a educação no contexto bioético em saúde, constante e tende a evoluir os seus conceitos e no conjunto dos princípios de saúde, culminando em processo permanente que requer a ampliação absoluta dos preceitos dos profissionais do setor, procurando a capacitação e o desenvolvimento de sua equipe, pois nota-se que, hoje em dia nas organizações hospitalares, o contraste entre obrigações e realidade é proeminente (AZEVEDO, et al. 2015; CAVALCANTE e NASCIMENTO, 2015; OLIVEIRA, et al. 2016; ELISIÁRIO, et al. 2017; GARRAFA, et al. 2017; BOUSADA e PEREIRA, 2017; FERREIRA, et al. 2017).

Portanto, tornado bioeticamente eficientes os colaboradores da equipe de enfermagem, quais requer um plano dinâmico, participativo, interdisciplinar com objetivos determinados, procurando atender absolutamente as necessidades da organização e dos colaboradores, devem ser propostas e efetivadas desta forma passando uma melhor reabilitação ao enfermo (ABUD e GAÍVA, 2014; AUERBACH; OSELAME; DUTRA, 2014; PYRRHO, 2014; DE OLIVEIRA, et al. 2014; TAUIL, et al. 2017; VIEIRA e CRUZ, 2017; MONTEIRO, et al. 2018).



## **Programas de imunização custos gestão: uma análise necessária de bioética**

O Programa Nacional de Imunizações, consolidou-se como uma importante e necessária interferência de saúde pública de modo geral aos aspectos bioéticos, a vacinação, cooperando a diminuição da morbidade e mortalidade por enfermidades transmissíveis a âmbito nacional, demonstrando a relevância do papel do MS na instituições (FLORES e ILHA, 2016; PECHANSKY; BRUST-RENCK; GOLDIM, 2016; DE JESUS, et al. 2016; LIMA e PINTO, 2017; GREFFE, et al. 2017; CARDOSO, et al. 2018). A uniformidade como gestão de processos e caracterização bioética, do calendário vacinal, o ingresso de vacinas novas, a uniformização técnica e prática, e estratégias inovadoras como a conversão de campanhas de vacinação, que trouxeram um papel essencial na abolição da poliomielite e sarampo, adquiridas na ocasião de existência do PNI (LIMA, et al. 2015; MELO e SANTOS, 2017; ASSAD, et al. 2017; COSTA, 2018; DELFINO, et al. 2018; SATO, et al. 2018).

Ao que tange aos aspectos bioéticos o SUS na década de 1980, oferecendo abertura a uma circulação de descentralização que assentou ao município o papel de executor primário e direto das ações de saúde, dentre elas a vacinação, oferecendo a proteção em vacinas seguras e dinâmicas para todos os grupos populacionais que são alvo de atos de imunização e demais assistência a outras patologias (AUERBACH; OSELAME; DUTRA, 2014; PYRRHO, 2014; DE OLIVEIRA, et al. 2014; SOARES, et al. 2015; DEDEUS, et al. 2016; ALVES, et al. 2016; MELLO, et al. 2017). Entretanto, novos imunobiológicos, em relação a custo efetivos, para implementar e fortalecer novos mecanismos e táticas que cubram e ampliem o acesso da população às vacinas preconizadas, especialmente dos grupos mais vulneráveis, fazem parte da face de gestão e investimento em saúde pública culminando nos processos bióticos em saúde (FLORES e ILHA, 2016; LIMA e PINTO, 2017; GREFFE, et al. 2017; OLIVEIRA, et al. 2017; CAMPOS; DÓREA; SÁ, 2017; FERREIRA, et al. 2017; CARDOSO, et al. 2018).

Deste modo, a ampliação de pesquisas avaliando o impacto das vacinas na morbimortalidade que concretiza a vigilância de eventos adversos, concluindo assim a ampla gama de garantia da qualidade dos imunobiológicos empregados, cujo objetivos fundamentais é aferir a atuação das ações de vacinação e municiar as proeminências científicas necessárias a seu sucessivo aprimoramento no que tange a bioética (DE OLIVEIRA; CAVEIÃO; CROSEWSKI, 2014; LIMA, et al. 2015; MELO e SANTOS, 2017; ASSAD, et al. 2017; COSTA, 2018; DELFINO, et al. 2018; SATO, et al. 2018). O PNI propiciou o acréscimo de 96% em aspectos



vacinal, disponibilizada à população na política de utilização dos melhoramentos econômicos decorrentes do estrutura de compra centralizada, incremento tecnológico da produção, tem permitido a ligeira inclusão de novas vacinas, como aconteceu, com a vacina oral rotavírus humano (2006), a pneumocócica 10 valente (2010), a vacina meningocócica C (2010), a vacina penta valente vacina adsorvida difteria, tétano, pertussis, hepatite B (recombinante) e Haemophilus influenzae tipo b (conjugada) (2012) e a poliomielite inativada, todas estas baseada no processo da correta ações de bioética em saúde (2012) (ABUD e GAÍVA, 2014; TAUIL, et al. 2017; VIEIRA e CRUZ, 2017; COSTA e ALVES, 2018; DA SILVA, NASCIMENTO, 2018; MONTEIRO, et al. 2018).

Neste contexto, a consideração e respeitabilidade pela população, propuseram deles um programa de saúde pública de referência, o adesão da população às ações de vacinação foi imprescindível ao acontecimento das ações de programa, e abrangência de coberturas vacinais adequadas, tanto nas ações de rotina quanto nas empreitadas de vacinação (SOARES, et al. 2015; LESSA e SCHRAMM, 2015; FONSECA 2015; PENIA e OSELAME, 2015; CEZAR e DRAGANOV, 2015.; DEDEUS, et al. 2016; ALVES, et al. 2016; MELLO, et al. 2017). Observou-se ainda que em 2012, em aspectos bioéticos a vacinação contra a poliomielite proponente a crianças menores de cinco anos de idade conseguiu uma cobertura de 98,9% da população específica, outras campanhas exitosas, em anos recentes, foram a da rubéola, em 2008, quando foram vacinados 67 milhões de pessoas, e a da influenza pandêmica, no ano de 2010, responsável pela vacinação de 97 milhões de pessoas residentes no Brasil (AZEVEDO, et al. 2015; CAVALCANTE e NASCIMENTO, 2015; CORGOZINHO e OLIVEIRA, 2016; BARBIERI e COUTO, 2016; OLIVEIRA, et al. 2016; ELISIÁRIO, et al. 2017).

Neste contexto, bioeticamente apontando campanhas de continuação que manteria o sarampo eliminado, realizada no ano de 2011, obteve uma cobertura extremamente considerável de 98,5% com a vacinação de 16,7 milhões de perfis específicos de crianças, empreitadas contra a influenza sazonal, as coberturas adquiridas pelo Brasil é muito elevada, comparativamente países com característica semelhante ao nosso, a cobertura dessa vacina atingiu 86% da população específica caracterizada a campanha (FLORES e ILHA, 2016; LIMA e PINTO, 2017; GARRAFA, et al. 2017; BOUSADA e PEREIRA, 2017; FERREIRA, et al. 2017; GREFFE, et al. 2017; CARDOSO, et al. 2018).

Referentes a despesas de programa de imunizações, gestores de saúde apontam que é fundamental sua compreensão e clareza na idealização de estratégias, deliberações e para

avaliações de custos desenvolvidos na iniciação de vacinas novas, e aspectos orçamentário das mesmas, considerando os dados econômicos, demográficos, tecnológicos e estruturais é preponderante sua aspersão de compreensão (LIMA, et al. 2015; MELO e SANTOS, 2017; ASSAD, et al. 2017; SATO, et al. 2018; COSTA e ALVES, 2018; DA SILVA, NASCIMENTO, 2018).

Entretanto, denota-se que alguns estudos ao que tange a bioética nesta temática, aferiram esses custos de um sistema de vigilância integrada de enfermidades previsíveis, a base de milhões, porém, poucos estudos realizaram a estimativa de custos específicas por regiões ou grupos de riscos, de um programa nacional de imunização delimitando assim posicionamentos entre aspectos relevante aos autores (ABUD e GAÍVA, 2014; CAVEIÃO, et al. 2014; TAUIL, et al. 2017; VIEIRA e CRUZ, 2017; OLIVEIRA, et al. 2017; CAMPOS; DÓREA; SÁ, 2017; FERREIRA, et al. 2017; PIUS; CAVEIÃO; RIBAS; 2018; MONTEIRO, et al. 2018).

Contudo, a nível nacional o cumprimento das céleres de imunização se dá nos níveis de gestão, mais precisamente a três níveis, local, federal qual é responsável pela compra dos insumos e imunobiológicos para todo o país, estados e municípios, caracterizam-se, com a responsabilidade em contrapartidas de recursos no nível local direcionadas às atividades de imunização, que se somam aos portaria repassados (LESSA e SCHRAMM, 2015; FONSECA 2015; PENIA e OSELAME, 2015; CEZAR e DRAGANOV, 2015; SOARES, et al. 2015; DEDEUS, et al. 2016; ALVES, et al. 2016; MELLO, et al. 2017).

Portanto finda-se que o conhecimento dos custos a nível local em espaços/salas de vacinação nas Unidades Básicas de Saúde, (U B S) e seus processos bioéticos, é de suma seriedade, uma vez que admite a diferenciação da custos mais proeminentes, para a execução do programa nos diversos níveis de gestão (AZEVEDO, et al. 2015; CAVALCANTE e NASCIMENTO, 2015; OLIVEIRA, et al. 2016; PECHANSKY; BRUST-RENCK; GOLDIM, 2016; DE JESUS, et al. 2016; ELISIÁRIO, et al. 2017).

## **Conclusão**

Em linhas gerais, os objetos de pesquisa a este proposto de compreender os aspectos da imunização nos serviços de saúde no contexto bioético de saúde pública, táticas acerca da vacinação culminando com rotinas aliada a campanhas ampliado a oferta de vacinas

evidenciaram-se, alcance nacional, não somente ao aspecto territorial, mas sobretudo, populacional, conforme os calendários de vacinação.

A âmbito nacional, o impacto confirmado do programa de vacinação alinhado aos preceitos bioéticos e sua contribuição para a redução das doenças imunopreveníveis são visíveis, metas de imunização como prioridade nas políticas públicas de saúde, com estudos epidemiológicos sobre o impacto das doenças, bem documentados.

Neste contexto a enfermagem a dinâmica bioética é primordial nestas conglomeradas ações de cumprimento do PNI, desde sua fundação na APS, até a rotinas da sala de vacinação, o enfermeiro desenvolve aspectos inerente a avaliação dos serviços como a convencimento para a equipe de enfermagem, torna-se a base para o bom funcionamento deste serviço.

Conforme foi evidenciado, ao longo desta revisão aspectos a bioética no serviço de imunização e capacitação em sala de vacina, a implementação de ações de educação continuada em saúde, colabora definitivamente, para o incremento dos colaboradores envolvidos, no tocante a progresso e valorização das qualidades de afazeres dos profissionais e a prática de uma assistência eficaz e humanizada.

Implicações desta revisão é de grande valia podendo subsidiar premeditação de políticas públicas e aproveitamento dos recursos do SUS, admitindo uma postura de dianteira no que diz respeito à acrescentamento de programa e seus aspectos bioéticos, consecutivamente com a constante obtenção de novos e melhores imunobiológicos para a população de diversa característica e enfermidade.

Portanto, os custos de outros programas de saúde, ajudando no projeto orçamentário e amparando na recebida de decisão em relação à aproveitamento dos recursos anunciados à saúde a âmbito nacional, foram demonstrados nesta revisão.

Contudo, mesmo com relatos do crescimento do alento a problemática percebeu-se que há escassez da literatura sobre a luz da temática em específico, o que resultou na principal limitação deste estudo. Desta forma, evidencia-se a necessidade de novas linhas de indagação norteadora para a realização de novos estudos a fim de investigar e analisar, os processos de imunização, políticas públicas de saúde e suas dimensões bioéticas na assistência ao paciente.

## Referencias

ABUD, Simone Mourão; GAÍVA, Maria Aparecida Munhoz. Análise do preenchimento dos dados de imunização da caderneta de saúde da criança. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 16, n. 1, p. 61-7, 2014.

ASSAD, Suellen Gomes Barbosa et al. Educação permanente em saúde e atividades de vacinação: revisão integrativa. **Revista de enfermagem UFPE on line-ISSN: 1981-8963**, v. 11, n. 1, p. 410-421, 2017.

AUERBACH, Patrick; OSELAME, Gleidson Brandão; DE ALMEIDA DUTRA, Denecir. Revisão Histórica da Gripe no mundo e a nova H7N9. **Revista de Medicina e Saúde de Brasília**, v. 2, n. 3, 2014.

BARBIERI, Carolina Luísa Alves; COUTO, Márcia Thereza. Cuidado parental e (não) vacinação do filho: por um diálogo entre a perspectiva socioantropológica e bioética. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, p. 3635-3635, 2016.

BOTELHO, Louise Lira Roedel; DE ALMEIDA CUNHA, Cristiano Castro; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, 5(11); 121-136, 2011.

BOUSADA, Guilherme Mateus; PEREIRA, Erlon Lopes. PRODUÇÃO DE VACINAS VIRAIS PARTE II: aspectos bioéticos DOI: [http://dx. doi. org/10.5892/ruvrd. v15i1. 4039](http://dx.doi.org/10.5892/ruvrd.v15i1.4039). **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, v. 15, n. 1, p. 333-354, 2017.

BRASIL, Ministério da Saúde, **Capacitação de pessoal em sala de vacinação - manual do treinando. / Organizado pela Coordenação do Programa Nacional de Imunizações. 2 ed. rev. E ampl. – Brasília: Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde, 2001b.**

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS nº 1.996, de 20 de agosto de 2007**. Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e dá outras providências. Disponível em: <[HTTP://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Portaria\\_1996-de\\_20\\_de\\_agosto-de-2007.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Portaria_1996-de_20_de_agosto-de-2007.pdf)>.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa Nacional de Imunização. PNI 25 anos. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 1988.**

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Departamento de Atenção Básica. Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011.**

BRASIL. Ministério da Saúde. **Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação em Saúde, 2009.**

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Livro: **Programa Nacional de Imunizações 30 anos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

CAMPOS, Adriano Leitinho; DÓREA, José Garrofe; DE SÁ, Natan Monsores. Judicialização de eventos adversos pós-vacinação. **Revista Bioética**, v. 25, n. 3, 2017.

CARDOSO, Anne Caroline Gonçalves et al. Acolhimento na sala de vacina: a chave para o êxito da vacinação. **Gep News**, v. 1, n. 1, p. 105-109, 2018.

CAVALCANTI, Marília Abrantes Fernandes; DO NASCIMENTO, Ellany Gurgel Cosme. Aspectos Intervenientes da criança, da família e dos serviços de saúde na imunização infantil. **Rev. Soc. Bras. Enferm. Ped.** | v. 15, n. 1, p. 31-7, 2015.

CAVEIÃO, Cristiano et al. Vacina profilática para o Papiloma vírus humano: desafios para saúde pública. **Revista Saúde e Desenvolvimento**, v. 5, n. 3, p. 71-90, 2014.

CEZAR, Vagner Mendes; DRAGANOV, Patricia Bover. A História e as Políticas Públicas do HIV no Brasil sob uma Visão Bioética. **Ensaio e Ciência: C. Biológicas, Agrárias e da Saúde**, v. 18, n. 3, 2015.

CORGOZINHO, Marcelo Moreira; OLIVEIRA, Aline Albuquerque Sant'Anna de. Equidade em saúde como marco ético da bioética. **Saúde e Sociedade**, v. 25, p. 431-441, 2016.

COSTA, César Augusto; ROCHA ALVES, Bianca. Bioética e o princípio da justiça: reflexões a partir do acesso dos usuários às políticas de Saúde. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, n. julho, 2018.

COSTA, Patrícia Spagnolo Parise. Bioética, direito e políticas públicas: uma redefinição em bases teóricas comuns para a efetivação do direito à saúde no Brasil. **Cadernos de Direito Actual**, n. 9, p. 171-188, 2018.

DA SILVA, Rulio Glecias Marçal; DO NASCIMENTO, Vagner Ferreira. Cobertura Vacinal entre Acadêmicos de Enfermagem. **Journal of Health Sciences**, v. 19, n. 4, p. 268-273, 2018.

DE AZEVEDO, Isabelle Campos et al. Educação continuada em enfermagem no âmbito da educação permanente em saúde: revisão integrativa de literatura. **Saúde e Pesquisa**, v. 8, n. 1, p. 131-140, 2015.

DE BARROS LIMA, Andréa Maria Eleutério et al. Fatores associados à imunização contra Hepatite B entre trabalhadores da Estratégia Saúde da Família. **Rev Bras Enferm**, v. 68, n. 1, p. 84-92, 2015.

DE DEUS, Samira Rêgo Martins et al. Estudo dos procedimentos quanto à conservação das vacinas do programa nacional de imunização. **Revista de enfermagem UFPE on line-ISSN: 1981-8963**, v. 10, n. 3, p. 1038-1046, 2016.

DE JESUS, Andreia Souza et al. Aspectos bioéticos da vacinação em massa no Brasil. **Acta Bioethica**, v. 22, n. 2, 2016.

DE LEMOS MELLO, Amanda et al. (Re) pensando a educação permanente com base em novas metodologias de intervenção em saúde. **Revista Cubana de Enfermería**, v. 33, n. 3, 2017.

DE OLIVEIRA, Marília Souza et al. Conhecimento dos profissionais de enfermagem sobre a notificação de eventos adversos pós-vacinais. **Ciência, Cuidado e Saúde**, v. 13, n. 2, p. 364-371, 2014.

DE OLIVEIRA, Valéria Conceição et al. Educação para o trabalho em sala de vacina: percepção dos profissionais de enfermagem. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro**, v. 6, n. 3, 2016.

DE OLIVEIRA, Vanessa Bertoglio Comassetto Antunes; CAVEIÃO, Cristiano; CROSEWSKI, Fernanda. Gerenciamento de enfermagem no controle de perdas evitáveis de imunobiológicos. **Cogitare Enfermagem**, v. 19, n. 4, 2014.

DELFINO, Cintia da Trindade Azevedo et al. Câncer infantil: Atribuições da enfermagem em cuidado paliativo. **Revista Saúde e Desenvolvimento**, v. 12, n. 10, p. 18-40, 2018.

DOS SANTOS ALVES, Daniela Fernanda et al. Indicador de treinamento em educação continuada para enfermagem: análise em um hospital universitário. **Sínteses: Revista Eletrônica do SIMTEC**, n. 6, p. 49-49, 2016.

ELISIÁRIO, Rosângela Nascimento et al. Avaliação das salas de vacinas nas unidades de estratégia de saúde da família. **Enfermagem Revista**, v. 20, n. 3, p. 1-17, 2017.

FERREIRA, WELLINGTON FERNANDO DA SILVA et al. A judicialização da saúde e suas dimensões na gerontologia: uma contribuição da enfermagem. **Revista Saúde e Desenvolvimento**, v. 11, n. 9, p. 249-266, 2017.

FERREIRA, Wellington Fernando da Silva et al. Direitos humanos da pessoa idosa portadora de esquizofrenia: Uma contribuição da enfermagem. **Revista Saúde e Desenvolvimento**, v. 11, n. 6, p. 219-229, 2017.

FERREIRA, Wellington Fernando da Silva et al. Urgência e emergência nas dimensões da pessoa idosa: Sistema Manchester. **Revista Saúde e Desenvolvimento**, v. 11, n. 6, p. 283-293, 2017.

FLORES, Lisiane Melo Muniz; ILHA, Neida Luiza Pelenz. Educação Continuada em Enfermagem. **Disciplinarum Scientia| Saúde**, v. 2, n. 1, p. 79-86, 2016.

FONSECA JR, Antônio Augusto. Desafios éticos e biológicos nas pesquisas da vacina contra o vírus da imunodeficiência humana. **SaBios-Revista de Saúde e Biologia**, v. 10, n. 3, p. 95-104, 2015.

GALVÃO, Cristina Maria; SAWADA, Namie Okino; TREVIZAN, Maria Auxiliadora. Revisão sistemática: recurso que proporciona a incorporação das evidências na prática da enfermagem. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 12, n. 3, p. 549-556, 2004.

GARRAFA, Volnei et al. Bioética e vigilância sanitária. **Revista de Direito Sanitário**, v. 18, n. 1, p. 121-139, 2017.

GREFFE, Nadja et al. Sistema de informação do Programa Nacional de Imunizações no município do Rio de Janeiro: projeto piloto para implantação. **Revista Saúde em Foco**, v. 2, n. 2, 2017.

LESSA, Sérgio de Castro; SCHRAMM, Fermin Roland. Proteção individual versus proteção coletiva: análise bioética do programa nacional de vacinação infantil em massa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, p. 115-124, 2015.

LIMA, Adeanio Almeida; DOS SANTOS PINTO, Edenise. O contexto histórico da implantação do programa nacional de imunização (pni) e sua importância para o sistema único de saúde (sus). **Scire Salutis**, v. 7, n. 1, 2017.

MELO, Vívian DI Paula Carvalho; DOS SANTOS, Rosimery Mireles. Educação continuada: uma visão da enfermagem que atua em estratégia de saúde da família–esf em recife. **Revista Saúde-UNG**, v. 10, n. 1 ESP, p. 98, 2017.

MONTEIRO, Camila Nascimento et al. Cobertura vacinal e utilização do SUS para vacinação contra gripe e pneumonia em adultos e idosos com diabetes autorreferida, no município de São Paulo, 2003, 2008 e 2015. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 27, p. e2017272, 2018.

PECHANSKY, Ana Carolina Mello; BRUST-RENCK, Priscila G.; GOLDIM, José Roberto. Tomada de decisão em saúde e bioética: uma revisão sistemática. **Clinical and biomedical research**. Porto Alegre, 2016.

PENIA, Maria Nailza de Moura; OSELAME, Gleidson Brandão. Humanização da assistência hospitalar: revisão integrativa. **Rev. enferm. UFPI**, v. 4, n. 4, p. 94-99, 2015.

PIUS, Mariana Rodrigues; CAVEIÃO, Cristiano; RIBAS, João Luiz Coelho. Ebola Vírus: Expectativas para a vacina. **Revista Saúde e Desenvolvimento**, v. 12, n. 10, p. 71-87, 2018.

PYRRHO, Monique. Uma genealogia imunitária: a bioética e a busca da autoconservação humana. **Revista Bioética**, v. 22, n. 2, 2014.

SATO, Ana Paula Sayuri et al. Uso de registro informatizado de imunização na vigilância de eventos adversos pós-vacina. **Rev. Saúde Pública**, v. 52, p. -, 2018.

SOARES, Danyela Mercury et al. Enfermagem: realidade da imunização contra Hepatite B de um hospital do norte de Minas Gerais. **Escola Anna Nery**, v. 19, n. 4, p. 692-701, 2015.



TAUIL, Márcia de Cantuária et al. Coberturas vacinais por doses recebidas e oportunas com base em um registro informatizado de imunização, Araraquara-SP, Brasil, 2012-2014. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 26, p. 835-846, 2017.

VIEIRA, MIRELA CRISTINA; CRUZ, ROSILENE APARECIDA. A importância da educação continuada/permanente na área da saúde de no setor de enfermagem. **REVISTA UNINGÁ**, v. 31, n. 1, 2017.



**Como citar este artigo (Formato ABNT):**

YUZAWA, Lucineia Satiko; FERREIRA, Wellington Fernando da Silva; OLIVEIRA, Elia Machado de. Políticas Públicas Brasileira de Imunização e Educação Permanente: Um Recorte Temporal Bioético. **Id on Line Rev.Mult. Psic.**, 2019, vol.13, n.45, p. 95-110. ISSN: 1981-1179.

Recebido: 23/03/2019

Aceito 01/04/2019